

POLÍCIA MILITAR E O PLURALISMO DE SUAS ATIVIDADES: UMA INSTITUIÇÃO MULTIFACETADA

HERICK GONÇALVES LIMONI

Tenente da PMMG. Graduado e Mestre em Administração de Empresas, com ênfase em Segurança Pública e Defesa Social pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD).

Resumo: *O presente artigo buscou demonstrar as transformações pelas quais passaram as polícias militares ao longo do tempo, principalmente após o período de democratização brasileira, tendo como objeto de pesquisa a Polícia Militar de Minas Gerais. Tais mudanças visam atender aos anseios sociais por segurança pública, bem como evitar que a polícia transforme-se em uma instituição desnecessária para a população. Também se buscou demonstrar como essas mudanças influenciaram os programas dos cursos de formação policial e como alteraram a estrutura da Instituição, que deixou de prestar um serviço geral, passando a contar com serviços específicos.*

Palavras-chave: *Polícia Militar; funções policiais; sociedade; transformações; democratização.*

1. INTRODUÇÃO

As transformações sociais ocorridas ao longo do tempo suscitaram mudanças nas instituições públicas, as quais vêm tentando adequar-se a essas mudanças que lhes impõem novos e complexos desafios. Dentre essas instituições, destacam-se as polícias, notadamente as polícias militares, tendo em vista a função social que exercem.

Se perguntarmos aos cidadãos brasileiros o que a polícia faz, muitos responderão que a função da polícia é prender bandidos, ainda que esses mesmos cidadãos acionem a polícia para atendimento

de diversas outras situações que não a de retirar de circulação infratores da lei. Essa diversidade de acionamentos decorre do fato de que, para a população, toda situação inusitada, imprevista, inesperada e que constitua uma degradação da relação social, ou seja, que fuja à normalidade, é caso de polícia (ESPÍRITO SANTO, 1991)¹.

Se perguntarmos aos policiais militares brasileiros o que eles acreditam ser a atividade principal da Instituição à qual pertencem, muitos responderão de forma semelhante, variando um pouco entre prender bandidos e manter a ordem pública, essa última aprendida durante os cursos de formação e alicerçada no artigo 144, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tanto o cidadão, quanto o policial militar que responderem dessa forma não estarão completamente certos, tampouco estarão completamente errados, haja vista que, dentre as muitas funções que as polícias militares desempenham, está a prisão de infratores da lei e o policiamento ostensivo de manutenção da ordem pública.

A dificuldade em se definir o que a polícia faz, começa já na sua própria atribuição constitucional, tendo em vista não ser tarefa fácil definir o que seria ordem pública, pois se trata de elemento subjetivo e de difícil conceituação, sendo um “conceito impreciso”, como assevera Souza Neto (2009, p.54). Um dos poucos autores que ousou conceituar ordem pública foi Castro (2008, p.47), para quem ela seria

a co-participação de normas jurídicas e socioculturais indispensáveis ao bem público e à ‘situação pacífica de convivência social (sic)’ imanentes na tranquilidade pública, sem ameaça de violência ou sublevação provocadora de crime, com a segurança pública ou garantia de direitos individuais, prioritariamente da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e com o espírito comunitário e o exercício da cidadania.

¹ Ver monografia intitulada “Caso de polícia: o senso comum de ordem pública”, apresentada à Academia de Polícia Militar de Minas Gerais para aprovação no Curso Superior de Polícia. Disponível em www.bibliotecapolicial.com.br.

Essa dificuldade de conceituação fica evidente nas palavras de Álvaro Lazzarini (1986, p.06)

Na verdade, nada mais incerto em direito do que a noção de Ordem Pública. Ela varia no tempo e no espaço, de um para outro país e, até mesmo, em um determinado país de uma época para outra. Nos anais da jurisprudência, aliás, tornou-se conhecida a frase do Conselheiro Tillon, da corte de Cassação de Paris, de que procurar definir o termo ordem pública é aventurar-se a pisar em areias movediças”.

Ainda que tais narrativas tenham tido o objetivo de clarificar o que seria ordem pública, elas não foram capazes de defini-la, pois o que para uns parece ser um comportamento social harmônico, o qual contribuiria para um clima de paz, para outros, não seria. Essa dificuldade conceitual torna-se ainda mais complexa quando se leva em consideração o desconhecimento da população sobre o papel das polícias militares, e também das polícias civis, no âmbito da segurança pública, principalmente por ser a Polícia Militar, em razão de sua ostensividade e capilaridade, a face mais visível e palpável do Estado e das instituições públicas (MUNIZ, 2001; SOARES, 2004). Essa capilaridade traz consigo muitas demandas e responsabilidades, haja vista que em muitas localidades a Polícia Militar é a única instituição estatal presente, o que a faz ser acionada pelos mais diversos motivos.

Tomando-se por base a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), percebe-se que, ao longo dos anos, essa Instituição vem buscando atender aos anseios sociais, e, por tal motivo, tem, cada dia mais, aumentado o rol de atividades desenvolvidas.

A PMMG, cuja fundação remonta a 09 de junho de 1775, passou grande parte dos seus mais de 240 anos aquartelada, sendo de fato reserva do exército, como no período da 1ª República (1889 – 1946) em que, segundo Cotta (2006, p. 91), “a força pública era um exército estadual”. Essa vinculação ao exército acabou por dificultar, por muitos anos, sua aproximação com a sociedade.

Tal situação começou a mudar entre os anos de 1946 e 1967, período

em que as forças públicas iniciaram um processo de retomada do policiamento ostensivo. Simbolizando esse período de mudanças, em julho de 1955, através da Portaria nº 37, o Comando-Geral da PMMG criou a Companhia de Policiamento Ostensivo, que funcionou anexa ao Batalhão de Guardas, e a quem coube a responsabilidade do policiamento ostensivo na capital mineira (COTTA, 2006). Essa iniciativa, além de representar uma resposta àqueles que clamavam por mais segurança, demonstrou que a cúpula da organização não estava alheia às mudanças que vinham ocorrendo nas regiões mais desenvolvidas do país, notadamente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, pois, segundo Cotta (2006, p. 122)

A criação da Companhia era fruto dos insistentes apelos dirigidos ao comandante geral através da imprensa e dos órgãos representativos da sociedade. O ritmo acelerado do progresso da capital e o rápido crescimento de sua população exigiam o desenvolvimento dos serviços de polícia preventiva. Atrelava-se a isso a percepção de que caberia à PM o serviço de segurança pública em todo o território de Minas Gerais.

De acordo com esse mesmo autor, a companhia atuaria tal como no modelo implantado no estado do Rio de Janeiro, iniciando com o patrulhamento a pé, com duplas de soldados, conhecidas como “Cosme e Damião”. A atuação restringir-se-ia ao patrulhamento das ruas de poucos bairros, com previsão da expansão por toda a capital. Em razão do contato com o público, os policiais militares que fariam parte dos quadros da referida companhia deveriam enquadrar-se em algumas normas que regulariam suas relações com a sociedade, dentre as quais se destacam: ser acessível, justo e imparcial; tratar com maior urbanidade o povo em geral; tratar com atenção e polidez todo cidadão, mesmo que ele proceda de modo diverso; não provocar a repulsa do povo, evitando atitudes, gestos ou palavras que possam acarretar a impopularidade; aconselhar ou advertir aqueles que precisarem, mas sem os irritar ou humilhar; intervir com energia, mas sem violência; esforçar-se por ficar conhecendo os habitantes da localidade e seus costumes; prestar informações e esclarecimentos, dentre

outras atribuições (COTTA, 2006).

Do ponto de vista histórico, ainda que o lançamento de policiais militares no policiamento ostensivo de Belo Horizonte tenha sido instituído no ano de 1955, somente no ano seguinte, precisamente no dia 20 de agosto, é que ele foi efetivamente implantado com o lançamento das duplas “Cosme e Damião”. Essa nova modalidade de policiamento foi muito bem aceita e elogiada pela sociedade e pela imprensa, tendo funcionado como uma espécie de “propaganda ambulante” da Corporação, que passou a ser mais conhecida e aceita pela sociedade belo-horizontina. Cotta (2006, p. 125) destaca que “o patrulhamento dos ‘Cosme e Damião’ foi bem recebido pelas autoridades, pelo povo e pela imprensa, motivando larga publicidade a favor da PM”.

No final dos anos 60, deu-se a “revolução da exclusividade”, introduzida pelo Decreto-Lei Federal nº 667, de 02 de julho de 1969, e pelo Decreto-Lei Federal nº 1.072, de 30 de dezembro de 1969. O policiamento ostensivo, fardado, tornou-se missão exclusiva das forças estaduais. O que essas forças faziam concorrentemente com outras instituições, como a Guarda Civil e o Corpo de Fiscais de Trânsito, tornou-se missão exclusiva das polícias militares.

Ao longo das décadas de 70 e 80 do século XX, as forças públicas estaduais foram criando uma doutrina própria de policiamento e adaptando a sua estrutura organizacional para cumprir com efetividade essa nova missão.

Outras mudanças significativas ocorreram a partir de então. Em 1972, ocorreu a criação do Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), em 1973, foi instituído o telefone 190, facilitando sobremaneira a interação entre a Polícia Militar e a população, e, em 1981, foi criada a Companhia de Polícia Feminina. Todos esses acontecimentos resultaram em uma maior interação da PMMG, outrora aquartelada, com a sociedade mineira.

Essa proximidade com a sociedade, o que até então quase inexistia, resultou em toda sorte de demandas, quanto mais o tempo passava, mais o cidadão brasileiro via-se possuidor de direitos, principalmente

após a chamada Constituição Cidadã de 1988, e quanto mais direitos o cidadão sabia possuir, mais demandas surgiam para a PMMG. Para lidar com essa nova realidade, a Instituição precisou adaptar-se aos novos tempos de segurança pública em ambientes democráticos. Precisou reinventar-se.

Vale ressaltar ainda, que as atividades executadas pelas polícias ao longo do tempo, muitas delas fruto da aproximação entre polícia e sociedade, são fonte de preocupação de diversos estudiosos² ou sociólogos que têm tentado definir o que seria, de fato, a função das polícias.

2. A ATUAL PMMG: UMA ORGANIZAÇÃO MÚLTIPLA, MUTANTE E COMPLEXA

Como relatado, muitas foram as transformações pelas quais a PMMG passou após a década de 1950. A Instituição, como uma organização nascida da sociedade e criada para servi-la, vem remodelando-se e tentando se adequar às novas necessidades e desafios que lhe são impostos. Para sobreviver em um ambiente extremamente competitivo e de constantes mudanças, as organizações estão tornando-se cada vez mais dinâmicas e complexas. Dentre as organizações que sofrem com essa nova conjuntura, as polícias, com alguma certeza, em razão das inúmeras variáveis que influenciam diretamente o trabalho policial, sejam elas de caráter legal, político, social, cultural ou econômico, são as mais afetadas.

Assim como a sociedade, a criminalidade também vem modificando-se na mesma velocidade e proporção, fazendo com que as polícias tentem acompanhar o mesmo ritmo. Há poucos anos, algumas condutas deixaram de ser tidas como criminosas, como é o caso do adultério, por exemplo. Por outro lado, muitas outras passaram a fazer parte do rol de crimes do sistema penal brasileiro como a tortura, o racismo e, mais recentemente, o crime capitulado como

2 Ver BAYLEY, David H. Padrões de policiamento (2001); BITTNER, Egon. Aspectos do trabalho policial (2003); GOLDSTEIN, Herman. Policiando uma sociedade livre (2003) e MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia (2003), todos da série *Polícia e Sociedade*, da Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

sequestro relâmpago.

Parece correto afirmar que o Brasil tem passado por um sistemático processo de criminalização de condutas. Fazendo uma analogia, pode-se chamar a política criminal brasileira de “política do bambu”, haja vista que esse, quanto mais se corta, mais cresce. Tal política tem influência direta na taxa de encarceramento da população, que tem aumentado sistematicamente ao longo dos anos (LEMGRUBER, 2001). Não é por acaso que alguns estudiosos têm proposto a descriminalização de algumas condutas, como é o caso do debate atual em relação ao uso da maconha no Brasil.

Outro fator que afeta diretamente o trabalho policial é o aspecto econômico. Pesquisas já demonstraram que períodos de expansão ou de recessão econômica impactam diretamente nos índices criminais. Para Bayley (2001) a modernidade, que acarreta maior facilidade de contato entre a polícia e a sociedade, e o desenvolvimento econômico traduzir-se-iam em um maior número de acionamentos da polícia por parte da população e em um maior número de tarefas realizadas pelas polícias.

Em razão dessa vulnerabilidade às transformações, a PMMG constantemente vê-se obrigada a promover alterações institucionais, como criação ou extinção de Companhias e Batalhões, criação de serviços de atendimento a públicos específicos, mudanças nos programas dos cursos de formação ou aperfeiçoamento ou utilização de novas tecnologias no enfrentamento à criminalidade.

Dentre as modificações citadas, a criação de serviços de atendimento a públicos específicos e as mudanças levadas a efeito nos programas dos cursos de formação ou aperfeiçoamento são as que melhor expressam o esforço da Instituição na tentativa de acompanhar a evolução criminal e as novas demandas da população pelos serviços da PMMG. Essas duas questões serão discutidas no próximo item.

2.1 Serviços de atendimento a públicos específicos

O processo civilizatório tem trazido muitas transformações para a raça humana. A capacidade de raciocínio da humanidade tem, ao

longo do tempo, representado inúmeros avanços. Doenças outrora consideradas incuráveis foram erradicadas, assim como descobertas na área da medicina têm propiciado melhores condições e mais tempo de vida à população. Novas tecnologias têm disseminado a informação ao redor do mundo em velocidade nunca antes imaginada e o homem tem conseguido alçar voos cada vez mais distantes visando desvendar os mistérios do universo. Esse processo é, sem dúvidas, um forte impulsionador de transformações.

Infelizmente, tal processo não apresenta somente boas notícias. Hoje, o homem é capaz de produzir armas de destruição em massa e criar vírus altamente mortais em laboratório. Além disso, todo esse caminho civilizatório tem causado inúmeros prejuízos ao meio ambiente, seja no desmatamento de florestas ou no despejo de milhares de toneladas de gases tóxicos na atmosfera.

Outro fator preocupante advindo desse processo civilizatório tem sido a criminalidade. Assim como a sociedade, os crimes são afetados e modificam-se em razão de inúmeros fatores, representando grandes desafios às polícias, organizações que têm a função de combatê-los. Além do surgimento de crimes cibernéticos, percebe-se, cada vez mais constante, a presença de novos crimes ou novas formas de praticá-los.

Bananas de dinamite têm sido, invariavelmente, utilizadas para explodir caixas eletrônicos. Furtos e assaltos cinematográficos têm se tornado cada vez mais frequentes. Assassinatos são cometidos a qualquer hora, independente do lugar, e, não raras vezes, com requintes de crueldade. A violência doméstica nunca esteve tão banalizada e as famílias tão fragilizadas. Crimes envolvendo familiares estampam os jornais quase que diariamente e as mulheres têm figurado como um grande número das vítimas. O crime, historicamente mais presente nos grandes centros urbanos, encontrou morada nas mais pacatas cidades. O comércio e o uso de drogas tomaram proporções alarmantes e têm sido considerados os maiores fomentadores de violência da atualidade.

A PMMG, ciente do quadro relatado, tem buscado ferramentas e maneiras para lidar com essas novas e antigas modalidades

criminosas, o que, com poucas exceções, tem se traduzido em novas funções para a Instituição. Foi buscando dar uma resposta a essas demandas que a PMMG apresentou, há alguns anos, o Portfólio de Serviços das Unidades de Execução Operacional (UEOp), o qual foi aprovado pela Resolução nº 4.185, de 18 de dezembro de 2011. O referido documento trouxe, em seu artigo 1º, § 4º, os seguintes fundamentos condicionantes para o desenvolvimento do policiamento ordinário: ênfase na prevenção, coerência, racionalidade, cientificidade, controle, ostensividade, abrangência, sinergia e complementariedade.

Esse documento elencou ainda uma gama de atividades desempenhadas pelas Unidades com responsabilidade territorial, com as características e objetivos de cada uma delas. No total, o portfólio apresenta 26 modalidades distintas de policiamento, não havendo nenhuma divisão ou categorização entre elas. Para uma maior compreensão e com fins didáticos, optou-se, neste estudo, por dividir as atividades em quatro categorias: atividades de atendimento geral, atividades de atendimento motorizado, atividades de atendimentos específicos e programas institucionais.

O portfólio exemplifica, de certo modo, a tentativa da Instituição em lidar com a grande variedade de situações para as quais é chamada a atuar. Visando responder aos anseios da sociedade, a PMMG acaba por assumir funções que, inicialmente, não lhe dizem respeito e para as quais não está, de fato, preparada. Essa falta de preparo pode traduzir-se em um mau atendimento, seja na demora em responder a uma chamada ou até mesmo no não envio de uma viatura para o atendimento de determinadas situações. Todo esse enredo pode fomentar ainda mais o clima de descrença da população em relação à Instituição.

A seguir, observam-se, no quadro 01, as cinco atividades classificadas como atividades de atendimento geral.

QUADRO 01

Atividades de Atendimento Geral

Modalidade	Características	Objetivos pretendidos
Policiamento a pé	Movimentação de policial militar por áreas residenciais, centros comerciais, praças públicas, ou locais de grande presença das pessoas	Prevenir e inibir a prática criminosa pela presença ostensiva
Base Comunitária (BC) e Base Comunitária Móvel (BCM)	Utiliza como referência uma edificação policial militar ou uma viatura - tipo <i>trailer</i> ou <i>van</i> adaptados - e outros processos, tais como: a pé, de ciclopatrolha, de motocicleta e motorizado	Identificar, analisar e responder aos problemas de segurança pública e melhorar a qualidade de vida da comunidade local
Posto de Observação e Vigilância (POV)	Estrutura física elevada, tendo como efetivo escalado 03 (três) PM, que se revezam, ficando 01(um) de permanência no posto e (dois) em patrulhamento a pé	Potencializar a presença policial em áreas com grande aglomeração de pessoas ou bairros afastados que não recebem policiamento específico
Videomonitoramento ("Olho Vivo")	Presença real e potencial da PMMG nos locais públicos por meio do sistema de monitoramentos	Aumentar a eficiência e eficácia do policiamento preventivo, com o uso da tecnologia de informação
Ciclopatrolha	Utiliza a bicicleta como veículo policial	Aumentar a capacidade operacional, a mobilidade em relação ao policiamento a pé, além de permitir um estreito contato do policial militar com a comunidade

Fonte: Elaborado pelo autor com base no artigo 2º, da Resolução nº 4.185/11, da PMMG.

Dentre as atividades entendidas como de atendimento geral, encontram-se aquelas que não necessitam, obrigatoriamente, de um transporte, motorizado ou não, para a sua execução. Entre as modalidades contidas nessa categoria destacam-se as de policiamento a pé, base comunitária e ciclopatrolha, cujas características sugerem uma maior proximidade com a população, que é o objetivo principal do policiamento comunitário. Tais modalidades de policiamento reforçam a intenção e a necessidade, já citadas, da PMMG de estabelecer uma relação mais próxima com as comunidades nas quais atua, visando, dentre outras coisas, melhorar sua imagem, aumentar o grau de confiança da população no trabalho policial e conscientizar a sociedade sobre seu papel na difícil missão de diminuir os crescentes índices de criminalidade.

No quadro 02, estão as oito atividades classificadas como de atendimento motorizado.

QUADRO 02

Atividades de Atendimento Motorizado

Modalidade	Características	Objetivos pretendidos
Radiopatrulhamento ou Patrulha de Atendimento Comunitário (PAC)	Policiais militares atuam no processo motorizado em veículo de quatro rodas, segundo iniciativa de seus integrantes, atendendo a pedidos formulados diretamente pela comunidade ou mediante empenho pelo 190	Resolver conflitos interpessoais, dar assistência emergencial e colaborar para a preservação da ordem pública
Motopatrulha	É integrada por 01(um) policial militar, que utiliza a motocicleta como veículo policial	Criar um clima de segurança objetiva e subjetiva nas comunidades ou restabelecer a ordem pública
Patrulha de Prevenção Ativa (PPA)	É uma guarnição PM motorizada, em veículo de quatro rodas, integrada por 02 (dois) policiais militares	Atuar em zonas quentes de criminalidade (ZQC), a partir de mapeamento elaborado por analista criminal
Patrulha de Operações (POp)	Integrada por 03(três) policiais militares, utiliza um veículo quatro rodas	Desenvolver operações policiais em locais estrategicamente definidos e apontados pelo mapeamento criminal
Grupo Especial para Prevenção Motorizada Ostensiva Rápida (GEPMOR)	Viaturas de motopatrulhamento compostas por 03 (três) policiais militares	Prevenir ocorrências de roubos a mão armada com a utilização de motocicletas pelos infratores
Tático Móvel (TM)	Guarnições formadas com 03 (três) policiais militares	Recobrir as atividades de policiamento nas áreas de Batalhões e Companhias Independentes
Patrulha Unitária	Realiza o policiamento preventivo com 01 (um) policial militar em viatura quatro rodas, com restrição de empenho	Proporcionar na área de atuação segurança objetiva e maior ostensividade
Patrulha de Prevenção Ativa (PPA)	É uma guarnição PM motorizada, em veículo de quatro rodas, integrada por 02 (dois) policiais militares	Atuar em zonas quentes de criminalidade (ZQC), a partir de mapeamento elaborado por analista criminal

Fonte: Elaborado pelo autor com base no artigo 2º, da Resolução nº 4.185/11, da PMMG.

Nessa categoria, encontram-se aquelas atividades que para sua execução dependem, necessariamente, da utilização de

viaturas motorizadas e, em geral, são efetuadas por mais de um policial militar. Em razão de sua maior mobilidade e capacidade de abranger um espaço geográfico maior, esse tipo de policiamento é apontado como um dos responsáveis pelo distanciamento entre a polícia e a sociedade ao longo do tempo (BITTNER, 2003; ROLIM, 2006). Por esse motivo, trata-se de atividades cujas consequências são antagônicas às da categoria anterior, pois não permite, via de regra, maior contato, a não ser aquele realizado no momento do atendimento da ocorrência, entre os policiais e a população.

O Brasil, em virtude de sua imensidão geográfica, é um país de dimensões continentais. Em razão disso, foi dividido em estados de tamanhos, em muitos casos, maiores que muitos países europeus. No caso do estado de Minas Gerais, tal situação apresenta-se de forma bastante acentuada, visto tratar-se de um dos maiores estados do país em termos geográficos. Ainda como consequência da vastidão territorial, não é raro encontrar, no país, cidades com grande extensão territorial, como é o caso da cidade de São Paulo, considerada uma megalópole por contar com uma população de mais de 10 milhões de habitantes. Apesar de não haver nenhuma cidade desse porte em Minas Gerais, o estado conta com cidades de médio e grande porte como Uberlândia, Juiz de Fora, a própria capital Belo Horizonte e cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), dentre outras, cujas populações, em alguns casos, ultrapassam os 500 mil habitantes. Para cobrir essas áreas, a polícia lança mão do policiamento motorizado, o qual apresenta uma maior capacidade de abrangência em razão da sua característica de mobilidade. Ainda que tal modalidade de policiamento seja essencial, ela não pode, e não deve, ser vista como principal, sob pena de as polícias não conseguirem mudar a imagem negativa que têm junto a uma considerável parcela da população.

Tudo indica que tal fato, mais do que uma estratégia organizacional da polícia, é uma estratégia governamental, cujos investimentos têm se resumido, com louváveis exceções, à aquisição de viaturas e equipamentos policiais, os quais são entregues às polícias com grande alarde. Ao realizar esse tipo de investimento, deixa-se de aplicar em educação profissional, melhorias salariais e aumento de efetivo, o qual poderia ser utilizado no policiamento a

pé que, por natureza, está mais próximo da população.

À guisa de conclusão, ainda que todo esse quadro traduza-se em um obstáculo para a melhoria da conturbada relação entre polícia e sociedade, não parece plausível imaginar, nos dias atuais, uma polícia que não se utilize do policiamento motorizado, haja vista que tal modalidade de policiamento permite o recobrimento de uma área geográfica maior, além de que, se bem empregado, pode representar maior agilidade nos atendimentos.

A seguir, destacam-se as onze atividades classificadas como de atendimentos específicos.

QUADRO 03

Atividades de Atendimentos Específicos

Modalidade	Características	Objetivos pretendidos
Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica	Guarnição PM, em veículo de quatro rodas, integrada por 02(dois) policiais militares	Atua como “segunda resposta” de intervenção em ocorrências dessa natureza
Patrulha de Policiamento Escolar	Veículo de quatro rodas, integrada por 01 (um) ou 02 (dois) policiais militares	Incentivar o relacionamento entre os educandários e a PM, aumentar o grau de confiabilidade de educadores, familiares e educandos, e coibir a prática de crime no interior do estabelecimento educacional, bem como no seu entorno
Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR)	Guarnições integradas por 03(três) ou 04(quatro) policiais militares em veículos quatro rodas, com emprego em áreas de risco, aglomerados/vilas	Prevenir homicídios; resgatar/consolidar a credibilidade da PMMG e evitar alterações na rotina da população por grupos criminosos
Patrulha de Prevenção e Reação a Assaltos a Bancos (PRABan)	Guarnição PM, em veículo de quatro rodas, integrada por 03(três) policiais militares, atuando com armamento e equipamento adequados para pronta resposta	Prevenir e reprimir ocorrências de assaltos ou arrombamentos a bancos, instituições financeiras, casas lotéricas, caixas eletrônicos
Patrulha de Trânsito (PaTran)	Integrada por 02(dois) policiais militares, quando utiliza veículo quatro rodas, podendo haver complementação por militar a pé ou em motocicleta	Preventivamente - inibir o cometimento de irregularidades/ infrações de trânsito. Reativamente - realizar apreensões, prisões e notificações de trânsito

Polícia Militar e o pluralismo de suas atividades: uma instituição multifacetada

Patrulha Rural	Guarnição PM, em veículo de quatro rodas, integrada por 02(dois) ou 03(três) policiais militares	Prevenir e reprimir delitos em fazendas, sítios, condomínios e cooperativas, dentre outros locais
Patrulha do Sossego	Veículo de quatro rodas, integrada por no mínimo 01 (um) policial militar, acompanhado por fiscais de posturas do Município, equipado com decibelímetro	Efetuar atendimento nos locais e situações onde haja maior incidência de poluição sonora e perturbação do sossego
Grupo Especial para Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco (GEACAR)	Viaturas integradas por 02 (dois) policiais militares em veículos quatro rodas tipo furgão ou minivan	Prevenir ou impedir a prática de atos infracionais; prestar assistência e encaminhamento das crianças e adolescentes em situação de abandono
Grupo Especial para Policiamento Turístico (GEPTur)	P o l i c i a m e n t o , preferencialmente a pé, empregado em locais turísticos	Planejar e executar ações preventivas e reativas, nos casos de crimes envolvendo turistas
Patrulha de Prevenção ao Homicídio	Guarnição composta por 03 (três) militares, integrantes da Equipe Tático-Móvel da UEOp	Reduzir a incidência do crime de homicídio
Polícia e Família	Consiste no emprego de um grupo de policiais militares capacitados, num espaço de responsabilidade territorial delimitado	Prestar o serviço policial essencialmente preventivo e de fácil acessibilidade ao público

Fonte: Elaborado pelo autor com base no artigo 2º, da Resolução nº 4.185/11, da PMMG.

Nessa categoria, a palavra chave é prevenção. A maioria das atividades nela contida traz essa ideia, seja na nomenclatura ou no objetivo pretendido. Destacam-se, dentre elas, as atividades desenvolvidas pela PMMG que poderiam ser executadas por outras instituições, como é o caso da Patrulha de Policiamento Escolar e da Patrulha do Sossego que poderiam ficar a cargo das Guardas Municipais, das Patrulhas de Trânsito que poderiam ser executadas pelas Autarquias Municipais de Trânsito, em ocorrências não relacionadas a crimes, e o Grupo Especial para Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, cuja missão poderia ser atribuída aos Juizados da Infância e da Juventude ou Conselhos Tutelares.

Cumpramos ressaltar que tais atividades, cujas consequências

impactam diretamente na segurança pública, deveriam, no mínimo, ser executadas em conjunto com outros órgãos. Em razão da inércia, ineficiência ou falta de capacidade de outras organizações, a PMMG acaba por executá-las, assumindo o papel que poderia ser desempenhado por esses outros órgãos. Corroborando tal argumento encontramos respaldo nas palavras de Goldstein (2003, p. 32), para quem

[...] a polícia é parte do sistema de justiça de menores, do sistema de saúde mental e muitos outros sistemas designados para tratar de problemas específicos. Quando esses outros sistemas e recursos não são adequados, ou não trabalham regular e eficientemente, imensas pressões recaem sobre a polícia, prejudicando suas operações.

Portanto, não é justo que as organizações policiais, sozinhas, assumam o ônus relacionado aos problemas de segurança pública, haja vista que elas são apenas uma parte, muito importante, de um sistema que, há tempos, mostra-se ineficiente.

Vale mencionar ainda, que algumas das atividades classificadas como de atendimento a públicos específicos, como é o caso da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, da Patrulha de Policiamento Escolar e do Polícia e Família, demonstram que a PMMG percebeu a grande importância de duas das principais instituições da sociedade – família e escola – que contribuem de maneira essencial para a formação do caráter dos indivíduos.

Por fim, elencam-se no quadro 04 as duas atividades classificadas como programas institucionais.

QUADRO 04
Programas Institucionais

Modalidade	Características	Objetivos pretendidos
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)	Consiste num esforço cooperativo entre a Polícia Militar, a escola e a família, aplicado nas instituições de ensino público e privado, por policiais devidamente treinados para esta atividade	Evitar que crianças e adolescentes iniciem o uso das diversas drogas, além de conscientizar e capacitar os pais para ajudar os filhos a resistirem às drogas e à violência
Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC)	Constituído por um grupo de alunos que atuam dentro da escola, sempre com a supervisão dos professores e a orientação de um policial militar ou colaborador	Criar um ambiente escolar mais saudável, livre das drogas e da violência, por intermédio de ações e o estímulo a mudanças comportamentais dos jovens alunos

Fonte: Elaborado pelo autor com base no artigo 2º, da Resolução nº 4.185/11, da PMMG.

Assim como na categoria anterior, a palavra chave aqui também é a prevenção. Ao atuar junto às crianças e aos adolescentes, a PMMG busca evitar que, num futuro próximo, essas pessoas se envolvam com as drogas e com a criminalidade. Além disso, tais programas permitem um contato mais estreito com o público, o que pode traduzir-se em uma relação de respeito mútuo e alterar o quadro de desconfiança que se encontra instalado.

Além das atividades até aqui apresentadas, a PMMG conta ainda com as Unidades especializadas como o Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (ROTAM), o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), o Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), o Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran), o Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), o Batalhão de Polícia de Guardas (BPGd), o Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo (RPAer), o Batalhão de Polícia Militar Rodoviária (BPMRv), as Companhias Independentes de Meio Ambiente e Trânsito e as Companhias de Missões Especiais, cujas atividades não foram contempladas no documento. Como se pode ver são muitas as diferentes atividades desempenhadas pela Instituição na constante busca pela manutenção da ordem e da paz no território mineiro.

A seguir, serão abordados os programas dos cursos de formação da PMMG, cujas grades curriculares também fornecem indicativos sobre a multiplicidade de atividades às quais os policiais militares são frequentemente expostos.

2.2 Programas dos Cursos de Formação de Oficiais e Praças³

O Curso de Formação de Oficiais (CFO) e o Curso Técnico de Segurança Pública (CTSP)⁴ são as duas principais formas de ingresso na PMMG. É através desses dois cursos que a maioria dos ingressantes na Instituição é selecionada. No primeiro, os candidatos, se aprovados ao final do curso, serão declarados Aspirantes a oficial e, no segundo, serão declarados Soldados de primeira classe. Os discentes do CFO farão parte do Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM) e os discentes do CTSP, do Quadro de Praças da Polícia Militar (QPPM).

Ao longo dos anos, e visando atender às novas necessidades da Instituição, os cursos da PMMG passaram por algumas transformações. O CFO, por exemplo, já teve duração de cinco, quatro e três anos quando a exigência para o ingresso ainda era o ensino médio completo. Atualmente, em razão da aprovação da Lei Complementar nº 115, de 05 de agosto de 2010, que alterou o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG), aprovado pela Lei Estadual nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, o CFO passou a ter duração de dois anos, exigindo-se, para ingresso, o curso superior de Direito. Antes da citada Lei, o CFO tinha duração de três anos, conforme se verifica na Resolução nº 4.068, de 09 de março de 2010, que estabeleceu as Diretrizes da Educação da Polícia Militar (DEPM), nos quais os discentes, militares ou civis, defrontavam-se com 66 diferentes disciplinas, em um total de 4.470 horas-aula, divididas nas seguintes áreas: Missão Policial, Técnicas

³ Este artigo foi desenvolvido a partir de um estudo realizado entre os anos de 2010 e 2012. Por tal motivo, os programas aqui apresentados referem-se ao ano de 2010, podendo ter sofrido modificações.

⁴ Em 2010 o curso de entrada na Instituição no Quadro de Praças Policiais Militares era o CTSP. Hoje, o curso de entrada é o Curso de Formação de Soldados (CFSd).

de Defesa Pública, Jurídica, Eficácia Pessoal, Linguagem, Informação e Pesquisa, Administração e Gerência.

Dentre as disciplinas constantes do programa de matérias do CFO e visando exemplificar o caleidoscópio de atividades exercidas pelos integrantes da PMMG, podemos citar as seguintes: Sociologia, Filosofia, Prontossocorrismo, Policiamento de Trânsito, Policiamento Ambiental, Policiamento Ostensivo de Guardas, Estatística, Teoria da Administração, Ciência Política, Criminalística, Criminologia, Medicina Legal, Relações Humanas, Psicologia Social, Atividades de Bombeiro Militar e Atividades de Defesa Civil, dentre outras. O programa é bastante extenso e abrange diferentes áreas do conhecimento como as ciências exatas, humanas e biológicas, a fim de contemplar as diversas atividades, pelo menos na teoria, com as quais os policiais militares estão sujeitos a se deparar.

Já o CTSP, apesar de ser menos extenso, também revela, por meio de seu programa de matérias, quão variado é o rol de atividades que os policiais militares estão sujeitos a desempenhar. Conforme se depreende da DEPM, o curso é composto de 34 disciplinas, em um total de 1.346 horas-aula, divididas nas seguintes áreas: Missão Policial, Técnicas de Defesa Pública, Polícia Ostensiva, Eficácia Policial, Linguagem e Informação e Cultura jurídica.

Com essa nova roupagem, a PMMG buscou moldar o novo profissional de segurança pública por meio de uma grade curricular que, além da parte jurídica e disciplinas relativas exclusivamente à atividade policial, (Abordagens, Tiro Prático, Técnica Policial, etc.), também contemplasse o ensino de idiomas (Espanhol e Inglês) e até mesmo Etiqueta Social. Tudo isso para que, de acordo com Cotta (2006, p. 143) “o profissional de segurança pública possuisse características desejáveis para servir à sociedade. O técnico em Segurança Pública seria um cidadão a serviço da cidadania e dos cidadãos”. Até então, segundo Souza (2006, p. 79), “em termos educacionais, a exigência ao ingresso na corporação era mínima”.

Diferentemente do CFO, o CTSP não contempla as disciplinas

relacionadas à gestão, haja vista que o gerenciamento, por questões hierárquicas, está a cargo dos oficiais. Dentre as disciplinas constantes do programa do citado curso, destacam-se as seguintes: Prontossocorrismo, Drogas e Violência, Controle de Distúrbio Civil, Policiamento de Trânsito, Policiamento Ambiental, Policiamento de Guardas e Criminalidade e Segurança pública. Assim como no CFO, o programa do CTSP tenta abarcar as disciplinas atinentes às prováveis situações com as quais os policiais militares, recém-formados, poderão se deparar. Trata-se, inequivocamente, de um dos maiores óbices da Instituição, um verdadeiro “nó górdio”, tendo em vista a dificuldade em se estabelecer quais são as verdadeiras atribuições da PMMG, em razão da multiplicidade de situações para as quais é acionada a intervir, diuturnamente, seja em áreas urbanas ou rurais.

Vale mencionar ainda, o fato de que o arcabouço teórico dos cursos, por si só, não garante a uniformização dos serviços prestados pelos policiais militares, cujas atividades são vulneráveis ao poder discricionário conferido aos agentes. Por mais que um treinamento consiga aproximar-se da realidade, ele jamais será capaz de reproduzir uma situação real, com todas as suas singularidades, pois teoria e prática são conceitos diferentes. A esse respeito Goldstein (2003) sentencia

O que tipicamente acontece é que o policial descobre, ao se graduar em seu treinamento de recruta e ao assumir suas primeiras missões, ser constantemente chamado para tomar decisões; que muito pouco do que lhe foi ensinado parece se aplicar às situações enfrentadas; e que normalmente ele não tem orientação para decidir o que fazer em uma dada situação (GOLDSTEIN, 2003, p. 137).

Mais do que uma simples mudança de palavras e termos, algumas alterações apontam para o amadurecimento da Instituição em relação à sua missão de servir à população, por meio de melhorias nas formas de atuação, dentre as quais se podem citar:

- atuação sistemática dentro do campo da segurança pública,

em conjunto com outras organizações governamentais;

- verificação da eficácia da Instituição por meio da ausência de crimes e desordem, pela sensação de segurança e pela confiança da comunidade na Instituição;
- rapidez nas respostas aos cidadãos, como característica do profissionalismo policial;
- desenvolvimento dos valores institucionais como função do comando;
- além de parceiros, os cidadãos passam a ser vistos e tratados como clientes da organização;
- a função do policial passa a ser a de auxiliar a comunidade;
- além da necessidade de prover a segurança da comunidade, o lançamento do efetivo policial passa a ser utilizado com base em dados estatísticos, visando à otimização dos resultados.

Todos esses aspectos apontam, pelo menos como princípios organizacionais, para uma busca na melhoria da atuação da Instituição, com vistas à redução da criminalidade, melhor interação com a comunidade e diminuição da desconfiança da população em relação ao trabalho policial.

3. CONCLUSÃO

As polícias militares vêm, ao longo dos anos, passando por diversas transformações, a fim de atender às crescentes e diferentes demandas da sociedade por serviços de segurança pública. O processo de democratização do país, sem dúvidas, foi um dos mais importantes perpetradores dessas mudanças, haja vista os inúmeros direitos adquiridos pela população nesse período em que ocorre a transição do paradigma da segurança nacional (1964/85) para o da segurança cidadã (início do século XXI), que mudou o foco

da proteção aos interesses nacionais para a proteção da cidadania através da garantia dos direitos fundamentais. Devido a isso, mas também em razão do recrudescimento da criminalidade e das inovações na prática de delitos, as polícias tiveram de reinventar-se. Foram criadas novas unidades e novas modalidades de policiamento, migrando-se do policiamento geral para o policiamento especial, a fim de responder de forma satisfatória aos novos anseios da população.

Todo esse cenário, como não poderia ser diferente, refletiu nos programas dos cursos de formação policiais, com a inclusão de disciplinas até então pouco conhecidas por aqueles que eram os responsáveis por fazer segurança pública na prática.

Por ser uma Instituição prestadora de serviços públicos em sua essência, a polícia é diretamente afetada pelas mudanças sociais, sejam elas de que ordem for. E isso, por si só, obriga-a a atuar de forma flexível e dinâmica, sob pena de perder-se no tempo e tornar-se obsoleta, imprestável, arcaica e desnecessária. É por isso que as polícias militares, a face mais visível e palpável do Estado e das instituições públicas (MUNIZ, 2001; SOARES, 2004) têm se tornado, ao longo do tempo, instituições plurais e multifacetadas, buscando manterem-se atuais e necessárias no campo da segurança pública.

Abstract: The present paper wanted to demonstrate the transformations in the military police through the years, especially after the Brazilian democratization period, having like research subject the Military Police of Minas Gerais. These changes aim to meet the social expectations for public safety and prevent the police from becoming an unnecessary institution for the population. It also demonstrated how these changes have influenced the programs of police training courses and how to alter the structure of the institution, which failed to provide a general service, going to rely on specific services.

Keywords: Military Police; police functions; society; transformations; democratization.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**. Trad. Renê Alexandre Belmonte. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

CASTRO, João Bosco de. **O sepulcro da verdade: análise de uma pesquisa**. Belo Horizonte: Oficina Redatorial “Guimarães Rosa”, 2008.

COTTA, Francis Albert. **Breve História da Polícia Militar de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Crisálida, 2006.

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio. **Caso de polícia: o senso comum de ordem pública**. 1991. 130 f. Monografia (Curso Superior de Polícia) – Academia de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1991.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Trad. Marcello Rollemberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003.

LAZZARINI, Álvaro. *et al*. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1986, 229 p.

LEMGRUBER, Julita. O sistema penitenciário brasileiro. In: **Revista cidadania e justiça**. Rio de Janeiro. 1º semestre de 2001. Ano 05, nº 10, 2001.

MINAS GERAIS. **Lei 5.301, de 16 de outubro de 1969**. Contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. Minas Gerais, Diário do Executivo, de 18 de outubro de 1969.

MINAS GERAIS. **Lei Complementar 115, de 05 de agosto de 2010.** Altera a Lei 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Minas Gerais, Diário do Executivo, de 06 de agosto de 2010.

MUNIZ, Jaqueline. **A crise de identidade das polícias militares brasileiras:** paradoxos da formação educacional. Center for Hemispheric Defense Studies. May 22-25. Washington DC, 2001, 22p.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Resolução nº 4068, de 09 de março de 2010.** Estabelece as Diretrizes da Educação da Polícia Militar de Minas Gerais e dá outras providências. Publicada na Separata do BGPM nº 23, de 25 de março de 2010.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Resolução nº 4185, de 18 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre o Portifólio de Serviços das Unidades de Execução Operacional com responsabilidade territorial e da Corregedoria e dá outras providências.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha:** policiamento e segurança no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006. 311p.

SOARES, Luiz Eduardo. **Sísifo e as políticas de segurança no Brasil.** Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2004.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As tropas nas ruas: estudo de caso do movimento da PMMG em junho de 1997 sob uma perspectiva sociológica. In: BARROS, Lúcio Alves de (Org.) **Polícia em movimento.** Belo Horizonte: Aspra/MG, 2006. 19 p.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. Parâmetros para a conceituação constitucionalmente adequada da segurança pública. In: OLIVEIRA, Fátima Bayma de *et al* (Orgs.) **Desafios da gestão pública de segurança.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

